



Moção



Assembleia Municipal de 30-09-2016

A pretensão da REN em fazer passar pelo concelho de Barcelos uma linha de Muito Alta Tensão, esventrando a nossa paisagem, atentando contra a saúde das pessoas, o património edificado e cultural, o turismo; a consumir-se, representará um duro golpe sobre o direito dos munícipes em decidirem aquilo que querem para a sua terra, de forma livre e democrática. É a saúde pública, a qualidade de vida, a propriedade e a economia local que está ameaçada.

Esta autoestrada da energia não traz qualquer benefício para as populações. Não é uma obra que reverta em mais-valia para a vida das pessoas, em custos mais reduzidos da energia, ou qualquer outro valor que pudesse hipoteticamente ser tido em conta.

Não é uma obra pública, mas uma empreitada de cariz privado, de uma empresa privada, à espera de maximizar os seus lucros, descurando o valor fundamental, que é a vida humana.

Aliás, os estudos de impacto ambiental acautelaram os ecossistemas, a biodiversidade, mas esqueceram as pessoas, factor primordial na equação da vida.

A própria legislação que as devia defender, acautelando os impactos e efeitos negativos deste tipo de infraestrutura, carece de efeito prático por falta de regulamentação de uma lei aprovada em 2010, que no seu artigo 2.º institui os princípios de regulação dos níveis da exposição humana máxima admitida a campos electromagnéticos derivados das linhas, instalações ou equipamentos de alta e muito alta tensão, no quadro das orientações da Organização Mundial de Saúde e das melhores práticas da União Europeia.

Mandatou esta Assembleia, a seu tempo, o Senhor Presidente da Câmara, Miguel Costa Gomes, para encetar diligências com as entidades envolvidas: empresa (REN), Agência Portuguesa do Ambiente, Governo, no sentido de serem acautelados os interesses das populações.

O Senhor Presidente da Câmara pediu sempre recato aos partidos políticos, num processo, todo ele envolvido em secretismo, em desinformação, num indício errático da apologia que o segredo é alma do negócio. Estamos a falar de serviço público em que a transparência, a divulgação dos factos, são condições impositivas.

O silêncio e o tal recato, serviram sempre os interesses da REN, e o Bloco de Esquerda teve sempre muitas dúvidas quanto a esta estratégia e expressou-as aqui, pediu esclarecimentos à edilidade e promoveu contactos.

Entendemos que passado todo este tempo, a situação não se alterou, antes pelo contrário, evoluiu em sentido contrário ao do interesse público, e foi perdido tempo precioso na construção de uma resistência pacífica, mas comprometida ao avançar do processo.

É público que o Senhor Presidente da Câmara entende que este processo tem que ser resolvido pela via política, mas não se esgota aí e não é sequer condição apriorista e única, esta fórmula. A luta tem que ser das populações, formando um forte movimento de cidadania ao qual se podem, e devem, associar os partidos políticos, as juntas de freguesia, as instituições sociais, ambientais e culturais e, obviamente, a Câmara Municipal.

Actualmente, o Senhor Presidente da Câmara já não é suportado pelo partido que venceu as eleições autárquicas. A retirada da confiança política, não tendo um efeito prático de destituição, de legitimidade, não deixa de ser relevante quanto à efectiva representatividade na edilidade.

Entende por isso o Bloco de Esquerda que é chegada a altura de inverter o rumo e os protagonistas. Ninguém é mais avalizado que a Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo dos cidadãos, para agregar sensibilidades e conferir uma dimensão institucional a esta legítima contestação dos barcelenses.

Perante o exposto, o BE propõe a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, reunida a 30 de Setembro de 2016, que delibere o seguinte:

1 – Rejeitar o traçado de passagem do canal de linha de muito alta tensão no nosso concelho, tanto a opção do troço 2A quanto a do troço 2B, apresentado pela REN para discussão pública;

2 – Aprovar a criação de uma Comissão, da qual farão parte um representante de cada um dos partidos/movimentos com assento parlamentar nesta AM; cinco presidentes de junta de freguesia a nomear pelo universo de presidentes de junta desta AM; o Presidente da AM; um representante da Câmara Municipal. Esta comissão assumirá, no imediato, todas as movimentações políticas e apresentará, na próxima reunião de AM, um plano de estratégia e acção.

Barcelos, 30 de Setembro de 2016

O Deputado Municipal do BE

José Ilídio Torres